



Entrevista

ADALBERTO COSTA JÚNIOR
O governo atual não tem qualquer vontade de abraçar uma mais do que necessária reforma do estado partidário



Adalberto Costa Júnior

O governo atual não tem qualquer vontade de abraçar uma mais do que necessária reforma do estado partidário

Entrevista conduzida por **Maciel Santos**

5 de novembro de 2019

O eng.º Adalberto Costa Júnior (1962) é o novo secretário-geral da UNITA. Natural de Quinjenge (Huambo) e militante na UNITA desde 1975, licenciou-se em Engenharia Eletrotécnica, no Porto. Em 1991 foi nomeado representante da UNITA em Portugal e mais tarde em Itália, com funções igualmente junto do Vaticano. Após o fim da guerra civil, teve um papel crescente no maior partido angolano da oposição: secretário Provincial em Luanda, secretário para a Comunicação e Marketing, para o Património, membro do mecanismo bilateral UNITA-Governo, porta-voz do partido e deputado, tendo sido eleito presidente do grupo seu parlamentar. Em novembro de 2019, quando já era candidato a secretário geral do partido, aceitou responder a esta entrevista. Foi eleito para esse cargo a 15 de novembro no XIII congresso da UNITA, realizado em Luanda.

Maciel Santos (MS): A UNITA é um partido da oposição num país petrolífero que tem um salário mínimo entre 60 € (agricultura) e 90 € (indústria extrativa e função pública) e onde a esperança média de vida é de 41,5 anos para os homens e 39 para as mulheres. Como se explica que tenha nestas condições obtido apenas 26 % dos votos nas últimas eleições?

Adalberto Costa Júnior (ACJ): A transparência e a democratização dos processos eleitorais representam um dos maiores desafios que temos em Angola. Há uma enorme pressão pública no sentido da revisão da lei eleitoral, bem como da lei da comissão nacional eleitoral, organismo que tem na sua administração uma maioria de membros nomeados pelo MPLA, que chegados a quaisquer períodos eleitorais retardam o credenciamento dos fiscais, admitem pessoal partidário, anunciam resultados finais não tratados no centro nacional de escrutínio, entre tantas outras anomalias. Ora nessas condições os conflitos eleitorais tornam-se

frequentes e o MPLA tem tido sempre maiorias qualificadas, construídas artificialmente. Em todas as eleições o partido de regime tem sempre mais de 2/3 dos votos, para impedir uma revisão da constituição. Acresço o facto de que nas últimas eleições, de 2012 e 2017, a UNITA remeteu aos tribunais processos com mais de 100 elementos de prova de corrupção eleitoral e de irregularidades! Os tribunais nos dois momentos arquivaram os processos sem sequer iniciar a sua avaliação!

MS: Qual é hoje a principal base social da UNITA? Historicamente, foi o campesinato. Um jornalista, Ilídio Manuel, disse recentemente sobre o Adalberto: «É um candidato que goza de muito apoio no meio urbano, o que pode até certo ponto trair determinadas expectativas, uma vez que a UNITA tem fundamentalmente como seio de apoio o eleitorado rural. É aí onde terá algumas dificuldades em afirmar as suas pretensões». No entanto, segundo os dados oficiais a UNITA teve mais de 700 mil votos em Luanda nas últimas eleições (2017).

É portanto nas classes populares urbanas e jovens que assenta a sua candidatura e onde pensa que a UNITA está a crescer?

ACJ: A base social de apoio da UNITA tem crescido bastante, de tal modo que é voz corrente que a UNITA terá vencido as eleições de 2017 em Luanda! O eleitor é cada vez mais pertencente a uma maioria de cidadãos jovens, tanto no meio rural como no meio urbano. As redes sociais têm contornado o mau trabalho dos órgãos de comunicação do regime, totalmente partidarizados e o *Facebook* e o *WhatsApp* têm contribuído para a um maior conhecimento e partilha da informação. Na verdade a atual liderança da UNITA, tem gozado de uma grande popularidade no seio dos jovens e não só, em todo o país.

Não houve qualquer mudança do pessoal político no seio dos governantes

MS: A corrupção da classe dirigente angolana tem sido denunciada externamente e nos últimos tempos serviu até de legitimação para uma mudança de pessoal político. Um dos implicados no caso BES, o empresário angolano Álvaro Sobrinho processou o Adalberto por crime de difamação. Faz parte da sua estratégia – e da UNITA, se for eleito no congresso – centrar-se na denuncia destes casos, à semelhança do atual poder em Angola? Ou propõe à UNITA alterar verdadeiramente a redistribuição do rendimento de Angola?

ACJ: Não houve qualquer mudança do pessoal político no seio dos governantes. Os que governaram com José Eduardo dos Santos, continuam exatamente os mesmos a governar com João Lourenço, com os mesmos vícios e procedimentos negativos.

Na semana em que formalizei a minha candidatura à Presidência da UNITA, foi amplamente divulgada uma ação junto da PGR

contra a minha pessoa, movida pelo ex-PCA do Banco Espírito Santo Angola. Não foi certamente uma coincidência o processo surgir no momento da candidatura! Interpretei esse ato como uma ação do regime e não apenas de Álvaro Sobrinho, pois há 6 anos que faço as mesmas acusações à gestão nada transparente do BESA. Fiz a entrada formal, enquanto Presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, do pedido de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao BESA, em documento bastante fundamentado dos indícios de má gestão, com nomes e a verdade é que a CPI não avança e este pedido continua fechado a sete chaves nas gavetas dos dirigentes da Assembleia Nacional.

O que facilitou os enormes assaltos ao erário público foi o não funcionamento das instituições. A Assembleia Nacional tem restrições à fiscalização e os tribunais funcionam com ordens políticas. O combate à corrupção tão propalado pelo atual governo, é dirigido: os processos são levantados aos próximos do antigo Presidente da República, ao mesmo tempo que se protegem outros atores. O balanço final é muito penalizador ao interesse dos angolanos, pois não tem havido retorno dos capitais roubados.

MS: Angola tem uma taxa de 30 % de desemprego, que para os jovens é de 56 %. O Fundo Monetário Internacional acertou com o governo um empréstimo de 3,7 mil milhões de dólares que vai certamente ser acompanhado de mais políticas recessivas. Mas o que faria a UNITA de diferente? Ou, como diria a senhora Thatcher, não há alternativa e a UNITA, como em geral os partidos africanos da oposição, distingue-se do governo pela posição que ocupa e não pela ideologia?

ACJ: Desde 2017, não há infelizmente nenhum sinal de melhoria económica ou social. As famílias e as empresas estão num total desespero. Sou de opinião de que mais do que reformas económicas, o nosso país carece de reformas políticas que reponham o funcionamento das instituições de controlo,

de fiscalização, de justiça, de regulação do sistema financeiro (por exemplo, o Governador do Banco Nacional de Angola tem de deixar de ser tratado como um membro do executivo e deixar de se sentar no conselho de ministros, deixando também de receber ordens do chefe do governo! Hoje ele não regula coisa nenhuma, porque vai sempre atuar em conformidade com os interesses de quem governa. E nós todos sabemos que há membros do governo que são donos de bancos e estamos a decidir em causa própria, com elevadas perdas para o interesse público. O governo atual não tem qualquer vontade de abraçar uma mais do que necessária reforma do estado partidário. A melhor opção que encontrou foi convidar o FMI e atirar para o Fundo as medidas que tanto têm penalizado o cidadão: desvalorização permanente da moeda, aumento da carga fiscal, instabilidade total do mercado cambial, tudo isso quando o OGE surge com um serviço da dívida a consumir 61 % da despesa pública. Tudo a acontecer num momento em que os empresários angolanos estão totalmente descapitalizados e não têm capacidade de levarem avante os seus projetos e assim não existe nenhuma geração de empregos, nem diversificação da economia.

MS: Num país em que o petróleo representa mais de 20 % do PIB e onde o agro-negócio progride, o que pode dizer um partido de oposição sobre a transição energética e o ambiente? A UNITA também pensa que a ecologia é uma questão dos países ricos ou, considerando a sua base rural, já integrou essa questão na agenda política?

ACJ: A estatística em Angola não é muito fiável. O agro-negócio progride? Certamente esse não é um indicador real que esteja a acontecer em Angola, infelizmente. A economia continua totalmente dependente da importação de bens. O ambiente é um tema muito importante e uma realidade que toca a vida de todos nós: ainda temos imensas áreas urbanas a conviverem com grandes

quantidades de lixo; com valas híper poluídas a céu aberto (qual viveiro de moscas, de mosquitos e de morte); o abate indiscriminado das florestas e o tráfico de madeira, que tanto nos preocupa. O uso universal dos geradores que poluem sonoramente e ambientalmente, porque tarda a normalização do fornecimento de energia. O avanço muito veloz do deserto, tardando imenso quaisquer medidas de contenção. Os planos de reflorestação não são visíveis. Portanto a ecologia é um assunto de absoluta importância e atualidade e apesar de termos um ministério do ambiente, a sua ação é muito reduzida. A UNITA tem efetuado intervenção pública regular sobre questões ambientais.

Temos 164 municípios e o MPLA quer realizar eleições em 35 apenas

MS: Como se relaciona (ou deve relacionar) a UNITA com os restantes partidos da oposição? Isto porque face à debilidade da sociedade civil angolana (sindicatos, igrejas e associações) não seria prioritário para os partidos da oposição organizar um programa comum, à semelhança da esquerda europeia em várias épocas e países?

ACJ: A UNITA tem tomado imensas iniciativas partilhadas com os partidos na oposição, mas também tem levado propostas de interesse nacional ao próprio MPLA. Na verdade as frentes existentes com os outros partidos têm sucumbido a uma atuação do MPLA sempre mais virado para as ameaças e para a compra dos partidos e menos para uma real abertura ao diálogo.

MS: Face ao controlo político do governo, a estratégia poderá ser reforçar a posição regional do partido, como afirma o candidato José Pedro Cachiungo que diz que vai preparar a UNITA para a vitória nas primeiras eleições autárquicas? Ou isso é reforçar a “bienzeição” da UNITA?

ACJ: Nunca ouvi qualquer dirigente da UNITA apelar ao reforço de posições regionais! Como acima os senhores afirmaram, a UNITA só em Luanda teve mais de 700 mil votos, o que vem destruir essa imagem “Biena” ou “sulana” de implantação do partido. Nós temos sido defensores da realização de eleições autárquicas em simultâneo e em todo o país, ao contrário do MPLA que quer adiar ao máximo a realização das autarquias e pretende limitar ao mínimo de municípios as eleições, trazendo uma muito impopular proposta de realizar autarquias por fases, gradualmente! Temos 164 municípios e o MPLA quer realizar eleições em 35 apenas. A Igreja Católica já veio dizer que o gradualismo vai fazer aumentar a pobreza! Estou seguro que o angolano vai punir estas fugas ao direito de todos os cidadãos serem tratados por igual. O nosso lema é estarmos o mais próximo das comunidades, sairmos o máximo dos gabinetes e conhecermos bem os seus problemas, as suas dificuldades e as suas expectativas. Esperamos ter sucesso na revisão da lei eleitoral e assim estaremos em condições vantajosas para abraçarmos as autarquias.

MS: Cinco candidatos para a direção de um partido de oposição é uma prova de vitalidade interna ou aumenta o risco de fragmentação-satelitização da UNITA, à semelhança de certos episódios da década de 1990?

ACJ: Cinco candidatos concorreram à liderança da UNITA como uma afirmação da liberdade que cada um teve. Na verdade a UNITA saiu a ganhar desta campanha, pois cada um dos candidatos escolheu o seu destino de campanha e durante 30 dias viajamos pelo país, atualizando o conhecimento do mesmo, contactando militantes e cidadãos. No final, como todos acompanharam, o país festejou a eleição do Presidente da UNITA. Nos bairros de Luanda e nas diversas províncias houve caravanas a festejar e isso nunca tinha acontecido antes.

A grave crise económica, com três anos seguidos de recessão não nos permite a ilusão de sermos uma potencia regional!

MS: A burguesia angolana tem beneficiado de uma grande cobertura internacional devido aos negócios petrolíferos e financeiros, especialmente em Portugal, França e China. Uma nova política em Angola que alterações traria às relações com os tradicionais clientes e parceiros internacionais?

ACJ: A alternância do poder em Angola não traria qualquer ameaça aos interesses dos países citados, nem aos mercados financeiros. Pelo contrário assumo que estamos muito mais preparados para garantir mais liberdade económica e menos intervenção do Estado. Ao contrário do MPLA que tem a escola soviética, com uma permanente ação do Estado Central, defendendo a competição entre as empresas deixando ao Estado apenas o papel de regulador e garante da liberdade económica. E como temos franjas amplas de pobreza, teremos a necessidade de garantir incentivos dirigidos aos mais desprotegidos.

MS: Os EUA privilegiaram a posição de Angola como polícia dos Congos e até co-vigilante na região dos Lagos. É bom para Angola manter este tipo de “confiança”, que a obriga a um enorme orçamento militar?

ACJ: Não é verdade que existe de facto esse acordo com os Estados Unidos. Aconteceu há 15/10 anos atrás. Angola hoje vai alterando com outros países responsabilidades nos aspetos da segurança na região dos Grandes Lagos. Ora somos nós, ora cabe à África do Sul ou ao Zimbabwe. A grave crise económica, com três anos seguidos de recessão não nos permite a ilusão de sermos uma potencia regional!

MS: Que relações existem entre as oposições em África, numa época em que os regimes parecem privilegiar as mudanças de pessoal para se consolidarem (Argélia, Zimbabwe, Moçambique, Zaire)? Há condições para, à semelhança do que aconteceu na fase da luta anti-colonial, se consolidar uma alternativa ideológica das oposições à escala pan-africana – ou pelo menos na África Austral?

ACJ: As alianças entre os movimentos/partidos independentistas ainda é uma realidade na África Austral. Vejamos os casos de Angola, Namíbia, África do Sul, Moçambique e Zimbabwe, com continuidades ideológicas. Creio, no entanto, que estamos a abordar o

fim dessa realidade. Não fossem as debilidades democráticas, transferidas para as administrações eleitorais em muitos destes países teria já havido alternâncias políticas.

Há um diálogo profícuo entre os partidos dos diferentes países. A UNITA tem boas relações com os partidos na oposição na África do Sul, Moçambique, Zimbabwe, Namíbia, Botswana, RDC, bem como somos parte de famílias políticas que nos colocam regularmente a dialogar em fóruns em todo o continente africano. Também no que respeita aos Palop's temos boas relações com os partidos que governam a maior parte destes países, pois somos membros da mesma família política, o IDC.

